



**BR - Capital Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

BR - Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Índice

	Página
Relatório do auditor independente	2
Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	11

Relatório do auditor independente

Aos:

Administradores e Acionistas da

BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial da BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela Administração da Companhia para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de janeiro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "André José Valério", is written over a circular stamp.

André José Valério
Contador CRC 1SP-244.101/O-5

RSM Fontes Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7



BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:			
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015			
Valores em milhares de Reais			
Conglomerado			
A T I V O	NE	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE		2.513	1.494
DISPONIBILIDADES	4.	609	36
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	4.	374	240
Aplicações em depósitos interfinanceiros		374	240
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	5.	1.252	957
Carteira própria		1.252	957
OUTROS CRÉDITOS	6.	278	261
Rendas a receber		151	196
Diversos		127	65
NÃO CIRCULANTE		218	768
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		64	485
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	5.	-	426
Carteira própria		-	426
OUTROS CRÉDITOS	10.	64	59
Diversos		64	59
INVESTIMENTOS	7.	31	160
Outros investimentos		31	160
IMOBILIZADO DE USO		121	123
Outras imobilizações de uso		224	208
(Depreciações acumuladas)		(103)	(85)
INTANGÍVEL		2	-
Ativos Intangíveis		2	-
TOTAL DO ATIVO		2.731	2.262

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC-1SP 74256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:			
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015			
Valores em milhares de Reais			
Conglomerado			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE		735	219
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.	735	219
Sociais e estatutárias		-	67
Fiscais e previdenciárias		74	52
Negociação e intermediação de valores		547	-
Diversas		114	100
NÃO CIRCULANTE		64	59
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		64	59
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.	64	59
Diversas		64	59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.932	1.984
Capital:	8.1	1.962	1.962
De Domiciliados no país		1.962	1.962
Reservas de capital		29	28
Reservas de lucros		148	201
Ajustes de avaliação patrimonial		1	1
Prejuízos Acumulados		(208)	(208)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.731	2.262

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA

Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO

Contador CRC-1SP 74256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM:
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei 11.638)	NE	Conglomerado		
		2ºSEM/16	31/12/16	31/12/15
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11	998	1.846	1.680
Receita de bruta de prestação de serviços		998	1.846	1.680
Deduções da Receita Bruta		(26)	(43)	(34)
Tributos sobre serviços		(26)	(43)	(34)
Despesas com ISS		(26)	(43)	(34)
Resultado Bruto		972	1.803	1.646
Despesas/Receitas Operacionais		(1.172)	1.673	(1.657)
Despesas Gerais e Administrativas		(1.172)	(2.666)	(1.655)
Despesas com pessoal	12	(467)	(931)	(824)
Outras despesas administrativas	13	(610)	(1.550)	(680)
Despesas tributárias		(31)	(66)	(42)
Despesas de depreciação e amortização		(12)	(21)	(19)
Despesas de Pis e Cofins		(52)	(98)	(90)
Outras Receitas Operacionais		-	4.345	4
Outras Despesas Operacionais		-	(6)	(6)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		(200)	3.476	(11)
Resultado Financeiro		145	295	449
Receitas Financeiras		145	295	449
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez		44	80	43
Rendas de títulos e valores mobiliários		101	215	406
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(55)	3.771	438
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	14	101	(1.597)	(37)
Imposto de renda		62	(876)	(18)
Corrente		62	(876)	(18)
Contribuição social		39	(721)	(19)
Corrente		39	(721)	(19)
Participações de Empregados e Administradores		(24)	(24)	(24)
Resultado Líquido das Operações Continuadas		22	2.150	377
Lucro/ (Prejuízo) do Exercício		22	2.150	377

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC-1SP 74256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUCOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS EM:
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em milhares de Reais

Conglomerado

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	2º/SEM/16	31/12/16	31/12/15
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	21	3.847	377
Depreciações e amortizações	12	21	19
Impostos diferidos no resultado	(101)	(101)	37
Resultado na venda de ativos	-	(4.336)	-
	(68)	(569)	433
Varição de Ativos e Obrigações			
	394	(966)	(588)
(Aumento) redução em TVM instrumentos derivativos	(164)	131	(507)
(Aumento) redução de outros créditos	(105)	(22)	(53)
Aumento (redução) em outras obrigações	663	623	28
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.698)	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	326	(1.535)	(155)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Investimentos	-	4.465	-
Inversões em:			
Investimentos	-	-	(3)
Imobilizado de uso	(16)	(19)	(12)
Inversões líquidas no intangível	-	(2)	-
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	(16)	4.444	(15)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	-	1	3
Pagamento de juros de capital próprio	(90)	(90)	(112)
Dividendos/Lucros pagos/propostos	-	(2.113)	(67)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(90)	(2.202)	(176)
Líquido de caixa e equivalentes de caixa	220	707	(346)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	763	276	622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	983	983	276

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
DiretorLUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC-1SP 74256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM:
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

Valores em milhares de Reais

Período de 01/07/16 a 31/12/16								CONGLOMERADO
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/07/16	1.962	29	13	175	1	(180)	2.000	
Rateio de prejuízos/Distribuição de Lucros				13			13	
Aumento de capital	-	-	-	-			-	
Lucro líquido do período						21	21	
Destinações:	-	-	103	(156)	-	(50)	(103)	
Juros capital próprio						(90)	(90)	
Dividendos						(13)	(13)	
Reserva legal			103			(103)	-	
Reserva especial de lucros				(156)		156	-	
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/16	1.962	29	116	32	1	(209)	1.931	
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	103	(143)	-	(29)	(69)	
Período de 01/01/16 a 31/12/16								CONGLOMERADO
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/16	1.962	28	13	188	1	(208)	1.984	
Aumento de capital		1					1	
Lucro líquido do exercício						2.150	2.149	
Destinações:	-	-	103	(156)	-	(2.150)	(2.203)	
Juros capital próprio						(90)	(90)	
Dividendos						(2.113)	(2.113)	
Reserva legal			103			(103)	-	
Reserva especial de lucros				(156)		156	-	
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/16	1.962	29	116	32	1	(209)	1.931	
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	-	103	(156)	-	(1)	(53)	
Período de 01/01/15 a 31/12/15								CONGLOMERADO
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/15	1.708	24	35	219	1	(204)	1.783	
Rateio de prejuízos/Distribuição de Lucros						(67)	(67)	
Aumento de capital	254	4	(35)	(219)		(1)	3	
Lucro líquido do exercício						377	377	
Destinações:	-	-	13	188	-	(313)	(112)	
Juros capital próprio						(112)	(112)	
Reserva legal			13			(13)	-	
Reserva especial de lucros				188		(188)	-	
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/15	1.962	28	13	188	1	(208)	1.984	
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	254	4	(22)	(31)	-	(4)	201	

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC-1SP 74256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Estão consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial as empresas:

- 1) BR Capital DTVM S.A.
- 2) BR Capital Cia Securitizadora de Ativos

A BR Capital DTVM S.A. tem por objeto a intermediação de compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; subscrição, transferência e autenticação de endossos, desdobramento de cautelas, recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; realizar a constituição de sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários e; exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

A BR Capital Cia Securitizadora de Ativos tem por objeto a aquisição e a securitização de Créditos Imobiliários e a emissão e colocação de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no mercado de capitais, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com as suas atividades.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas – Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

A autorização para a conclusão destas demonstrações foi dada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017.

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Para as receitas de natureza financeira, observa-se o critério “pro rata” dia para, as quais são calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

3.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.5. Ativos não circulantes

- Investimentos: estão representados por ações da CETIP S.A. (ver nota explicativa nº 7).
- Imobilizados de uso: são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% ao ano para “Sistema de Processamento de Dados” e de 10% ao ano para as demais contas.
- Intangíveis: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares,

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária à taxa de 20% a.a.

3.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.8. Passivos circulantes e não circulantes

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos;

3.9. Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A provisão para o Imposto de Renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições Financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de 01 de setembro de 2015, convertida pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015.

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

3.10. Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.11. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e as provisões para perdas quando existentes, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar, quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A Distribuidora revisa suas estimativas e premissas em bases semestrais.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

3.13. Lucro por ação

É obtido através da divisão do lucro líquido do período pelo número de ações em circulação na data base das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	609	36
Depósitos bancários	609	36
Aplicações interfinanceiras de liquidez	374	240
Depósitos interfinanceiros	374	240
Total caixa e equivalente de caixa	983	276

5. TVM e instrumentos financeiros derivativos

5.1. Os títulos e valores mobiliários estão classificados em títulos disponíveis para venda e representados em:

	31/12/2016	31/12/2015
Carteira própria	1.252	1.383
Certificado de depósito bancário	1.071	1.202
Debêntures	181	181
Total da carteira	1.252	1.383
Total curto prazo	1.252	957
Total longo prazo	-	426

5.2. Valor de mercado dos títulos

Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Certificado de Depósito Bancário	1.071	1.071	1.202	1.202
Debêntures	179	181	179	181
Total da carteira	1.250	1.252	1.381	1.383

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

6. Outros créditos e outras obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante – Outros créditos		
Rendas a receber	151	196
Dividendos e Juros de Capital	13	58
Serviços prestados a receber	138	138
Diversos	127	65
Adiantamentos e antecipações	-	1
Imposto de Renda a compensar	127	42
Valores a receber de sociedades ligadas	-	11
Devedores diversos - País	-	11
Total do ativo circulante – Outros créditos	278	261

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante – Outras obrigações		
Sociais e estatutárias	-	67
Dividendos e bonificações a pagar	-	67
Fiscais e previdenciárias	74	52
Impostos e contrib. a recolher	74	51
Provisão p/ imposto e contrib. Diferido	-	1
Negociação e Intermediação de Valores	547	-
Credores Cta.liquidações pendentes	547	-
Diversas	115	100
Obrig.p/aquis.de Bens e Direito	3	-
Provisão p/ pagamentos a efetuar	112	100
Total do passivo circulante – Outras obrigações	736	219

7. Investimentos

Do Saldo de 139.943 ações da Cetip S/A apresentado em 31 de dezembro de 2015, a Administração decidiu negociar 112.500 ações, obtendo resultado positivo na venda do ativo no montante de R\$ 4.336, restando saldo de 27.443 ações. O valor de mercado dessas ações, conforme cotação de fechamento divulgada pela BMF&Bovespa em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.223 (R\$ 5.211 em 2015, representado por 139.943 ações).

Para o saldo de 27.443 ações da Cetip S/A em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia não possui intenção de negociar, desta maneira manteve o investimento alocado na rubrica “Ações e Quotas”, no grupo de “Outros Investimentos”, conforme permitidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o capital social de R\$ 1.962, sem valores nominais, totalmente integralizados na data do balanço por acionistas domiciliados no país.

8.2. Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado em balanço, serão destinados 5% para fundo de reserva legal, até que este alcance 20% do capital social, 25% para dividendos aos acionistas, e o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram distribuídos lucros no montante de R\$ 2.113 (R\$ 67 em 2015).

9. Juros de capital próprio

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram pagos juros sobre capital próprio no montante de R\$ 90 (R\$ 112 em 2015), conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

10. Provisões para contingências

A Distribuidora é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias. A provisão de R\$ 64 (R\$ 59 em 2015) é considerada suficiente para a cobertura de eventuais perdas, pela avaliação da administração da Distribuidora.

Contingências fiscais e tributárias

A Distribuidora está discutindo judicialmente diversos aspectos relacionados à incidência e base de cálculo de COFINS e Contribuição Social sobre o lucro líquido e sobre suas operações. Até 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora efetuou depósitos judiciais no valor de R\$ 64 (R\$ 59 em 2015), classificados no ativo não circulante.

As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e aprovação pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

Nas datas das demonstrações financeiras, a Distribuidora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contingências tributárias	64	59	64	59
	64	59	64	59

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Contingências tributárias
Saldos em 31 de dezembro de 2015	59
Atualização no período	5
Saldos em 31 de dezembro de 2016	64

Não há, conforme julgamento da Administração, montantes significativos a serem divulgados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 referentes a perdas possíveis não provisionadas no balanço patrimonial.

11. Receitas de prestação de serviços

	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Administração de fundos de investimentos	799	1.635	1.652
Outras	199	211	28
Total	998	1.846	1.680

12. Despesas de pessoal

	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com proventos	(261)	(530)	(474)
Despesas com encargos	(108)	(209)	(189)
Despesas com benefícios	(98)	(192)	(161)
Total	(467)	(931)	(824)

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

13. Outras despesas administrativas

	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis	(90)	(175)	(86)
Condomínio	(37)	(76)	(40)
Processamento de dados	(82)	(176)	(133)
Serviços técnicos especializados	(156)	(752)	(233)
Comunicações	(9)	(17)	(15)
Publicação	(2)	(27)	(27)
Serviços do sistema financeiro	(184)	(220)	(24)
Transporte	(4)	(9)	(12)
Material expediente	(17)	(34)	(21)
Assinaturas de jornais e revistas	(5)	(9)	(6)
Manutenção e conservação	(3)	(5)	(40)
Outros	(21)	(50)	(43)
Total	(610)	(1.550)	(680)

14. Imposto de renda e contribuição social

	2º sem/2016	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(56)	3.771	441
(-) Participações estatutárias no lucro	(24)	(24)	(24)
(-) Juros de capital próprio	(90)	(90)	(112)
Total	(170)	3.657	305
(Exclusões)/Adições:			
Dividendos recebidos	(20)	(38)	(191)
Gastos com ativos diferidos	(8)	(16)	14
Base de cálculo para impostos	(198)	3.603	128
Imposto de Renda (alíquota 15%)	30	(541)	(19)
Adicional Imposto de Renda (alíquota 10%)	32	(336)	-
Incentivos fiscais – P.A.T.		1	1
Total de imposto de renda	62	(876)	(18)
Contribuição Social (alíquota 20%/ alíquota de 15% até agosto/15)	39	(721)	(19)
Total de impostos correntes	101	(1.597)	(37)

15. Responsabilidades

A Distribuidora é responsável pela administração de fundos de investimentos, cujos valores de patrimônio líquido eram:

	31/12/2016	31/12/2015
SCP - Fundo de investimento imobiliário	46.764	49.421
FII Continental Square Faria Lima	183.262	212.739
FII Pateo Moinhos de Vento	222.433	211.116
Infra Patrimonial I FIC FIP	243.223	240.486
FII GWI Renda Imobiliária	80.099	81.846
FII Pedra Negra Renda Imobiliária	84.860	41
Brazil Real Estate Victory Fundo I –FII	1.910	-
Total	862.551	795.649

Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas -
Conglomerado Prudencial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

16. Partes relacionadas

16.1. Transações com partes relacionadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora possui transações com partes relacionadas no montante de R\$ 484, referente a estudos econômico-financeiros relativos ao Fundo de Investimento Imobiliário Pedra Negra Renda Imobiliária, registrados em despesas com consultoria.

16.2. Remuneração da administração

Não houve pagamento de honorários aos administradores da Distribuidora, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

17. Cobertura de seguros - Não Auditado

A Distribuidora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18. Risco operacional e risco de mercado

- Atendendo determinação da Resolução nº 3.380 do CMN de 29 de junho de 2006, foi designado em reunião de Diretoria, realizada em 28 de dezembro de 2006 o Sr. Carlos Alberto da Rocha Lima como Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, e definida a estrutura para a efetiva implementação do controle de gerenciamento do risco operacional.
- Em atendimento a Resolução nº 3464 do CMN de 26 de junho de 2007, conforme deliberado em reunião de Diretoria, realizada em 19 de dezembro de 2007 foi designado o Sr. Carlos Alberto da Rocha Lima como Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado, e definida a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de mercado.

Carlos Alberto da Rocha Lima
Diretor

Luiz Linares Cambero
Contador CRC 1 SP 74256/O-4